

## Deep fake no direito eleitoral: Implicações e desafios jurídicos

### Autor(res)

Patricia Paula Dos Santos  
Carine Silva Diniz  
Habib Ribeiro David  
Vamberth Soares De Sousa Lima

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

A tecnologia deep fake, que utiliza inteligência artificial para criar vídeos ou áudios falsos com aparência realista, levanta preocupações em várias áreas, especialmente no direito eleitoral. O uso de deep fakes pode manipular a percepção pública e comprometer a legitimidade das eleições, prejudicando candidatos e influenciando o resultado do pleito. Essa prática tem se tornado um desafio crescente em democracias ao redor do mundo, levando à necessidade de um debate profundo sobre sua regulação. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 protege a liberdade de expressão e o direito à informação (Art. 5º, IV, IX, e XIV), mas também estabelece limites quando há ofensa à honra ou disseminação de informações falsas. Portanto, a análise do impacto dos deep fakes no processo eleitoral é crucial para entender como essas inovações tecnológicas podem ameaçar a integridade do sistema democrático.

### Objetivo

O estudo avalia os impactos dos deep fakes no processo eleitoral, com foco nas consequências jurídicas e soluções para proteger a integridade das eleições. Analisa implicações legais, adaptações na legislação brasileira e medidas contra a desinformação. Busca identificar lacunas, estudar casos concretos e propor mudanças para proteger a democracia e o voto.

### Material e Métodos

A metodologia consiste em uma pesquisa qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Envolve o estudo de autores como Montoro Filho (2019), que destaca a necessidade de adaptação das leis à evolução tecnológica para garantir a integridade eleitoral, e Frazão (2021), que aborda a responsabilidade civil e penal na disseminação de deep fakes. A perspectiva ética de Karnal (2020) enfatiza a preservação dos valores democráticos e a ética na comunicação. O estudo inclui análise de casos internacionais, como nos EUA, onde deep fakes foram usados em campanhas políticas, levantando questões sobre a eficácia das leis atuais no Brasil. Além disso, examina políticas de plataformas digitais para combater a desinformação, analisando o papel dessas empresas na mitigação dos danos causados por deep fakes.

## Resultados e Discussão

Os resultados indicam que a legislação eleitoral brasileira, embora trate de fake news, não aborda de forma específica os deep fakes, criando lacunas legais. A falta de clareza nas normas atuais pode levar à impunidade para quem utiliza vídeos ou áudios manipulados. Casos nos EUA e Europa mostram que a ausência de regulação adequada afeta a opinião pública e a confiança nas instituições democráticas. Portanto, é crucial implementar medidas preventivas, como educação midiática nas escolas e campanhas para ajudar a identificar conteúdo falso. Além disso, plataformas digitais precisam adotar políticas mais rígidas para monitorar e remover deep fakes, assegurando informações confiáveis no período eleitoral. O envolvimento da sociedade civil e a colaboração entre setores são essenciais para enfrentar os desafios dessa tecnologia.

## Conclusão

Conclui-se que os deep fakes desafiam o direito eleitoral, exigindo ajustes legais para coibir e punir seu uso indevido. O estudo confirma a necessidade de novas regulamentações e sugere aprofundar a relação entre tecnologia, ética e direito. É crucial equilibrar liberdade de expressão e proteção do processo eleitoral para garantir a democracia. O debate deve ir além das eleições, abrangendo outras áreas onde a manipulação digital pode ter impactos graves.

## Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.610, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre a propaganda eleitoral e as eleições em geral. Brasília, DF: TSE, 2019.
- FRANCO MONTORO FILHO, André. Direitos Humanos e o Direito Eleitoral. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.
- FRAZÃO, Ana. Responsabilidade Civil e Penal na Era Digital. São Paulo: Editora Juspodivm, 2021.
- KARNAL, Leandro. Ética e Tecnologia: Perspectivas Contemporâneas. São Paulo: Editora Contexto, 2020.